

PEC da Blindagem evidencia uma mudança do regime brasileiro



» **ADRIÁN ALBALA**
Professor do Instituto de Ciência Política (IPOL) da Universidade de Brasília (UnB) e coordenador do Observatório do Congresso/UnB

» EVELYN APOLINARIA
» YASMIN TAMBURINI
» VITÓRIA LEITE

Membras do Observatório do Congresso/UnB

A aprovação da PEC 3/2021, dita da blindagem, representa mais uma derrota institucional para o governo e a Presidência e evidencia um constante e crescente desequilíbrio de forças entre o Executivo e o Congresso — em particular, com a Câmara dos Deputados.

De fato, nos últimos anos, podemos observar um novo padrão no relacionamento institucional entre os Poderes que, talvez, os líderes não consigam identificar nem manejar com as tradicionais ferramentas de governabilidade. O Congresso Nacional, em especial a Câmara dos Deputados, amplia o seu espaço no jogo político, conseguindo aprovar matérias impopulares e sem nenhum apoio na sociedade, como é o caso da PEC da Blindagem, como forma de mostrar seus músculos e pressionar os demais Poderes.

A clássica barganha de cargos por votos tem perdido espaço para esse Legislativo que expandiu a própria participação nas decisões orçamentárias, tradicionalmente atributos exclusivos do

Executivo. Como consequência, o Governo Lula III enfrenta o desafio de garantir a aprovação de suas pautas, mas não parece obter o mesmo sucesso dos mandatos anteriores: no primeiro mandato de Lula, a dominância média do Executivo era de 61,7% e no segundo, 43,6%. Já no terceiro mandato, a média está em 34%. Esse cenário de queda da participação e derrotas do Executivo é uma tendência verificada desde o governo Temer.

A PEC da Blindagem não é um episódio isolado, mas parte de uma trajetória do sistema político brasileiro no qual o Legislativo busca ampliar seus mecanismos de autoproteção. No campo penal e processual, exemplos anteriores incluem a Emenda Constitucional nº 35/2001, que retirou a necessidade de autorização prévia das Casas para instaurar processos contra parlamentares, mas manteve a possibilidade de sustar sua tramitação, e a manutenção do foro privilegiado mesmo após a restrição imposta pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2018. Já no campo orçamentário, as Emendas Constitucionais nº 86/2015 e 100/2019 tornaram impositivas as emendas individuais e de bancada, o que reduziu a discricionariedade do Executivo sobre sua execução, mingando, de fato, as ferramentas de barganha.

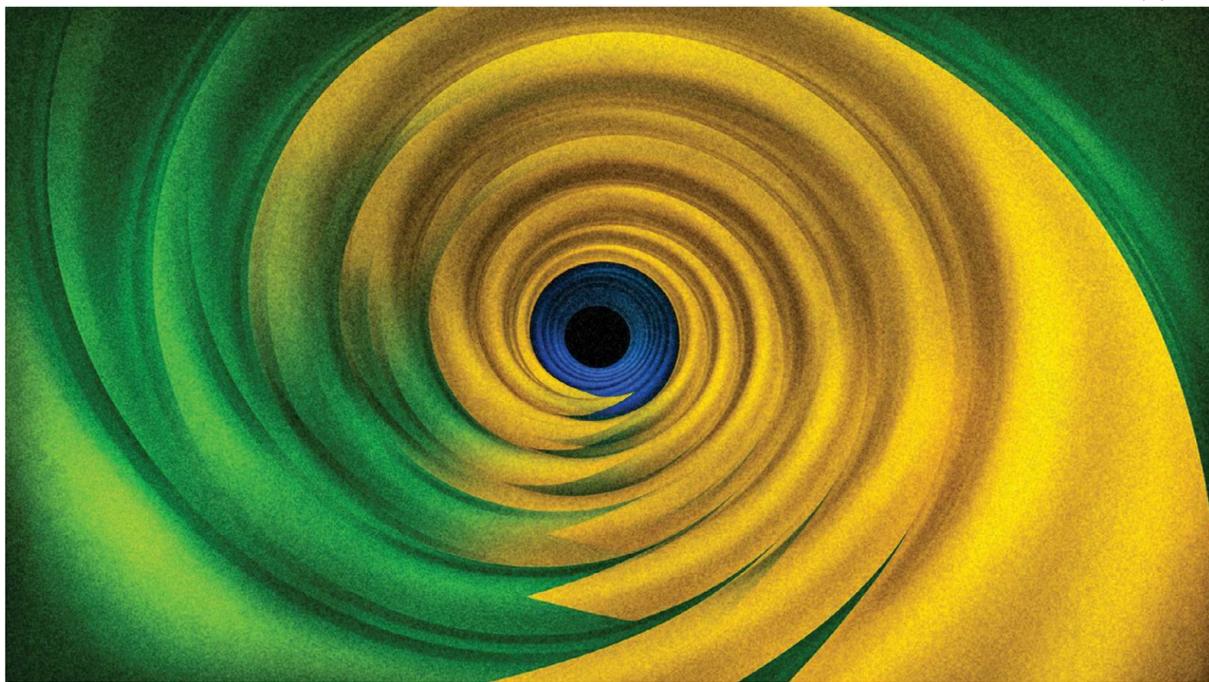
Ademais, esse episódio se inscreve em um contexto de crescimento de tensões entre o Congresso e outros Poderes. Partidos têm cobrado posicionamento forte frente ao governo — o União Brasil chamou a retirada de todos os membros do partido ainda presentes no governo, assumindo uma posição de tensão e franca oposição. Contudo, embora corra o risco de ser barrada no Senado devido à sua completa ausência de empenho com a sociedade, essa

aprovação é um indicador de força da disposição em adotar outra pauta “bomba”: a PEC da Anistia.

Não apenas o governo está na mira do Congresso. O Judiciário é um dos autores mais afetados pela PEC da Blindagem. Hoje, o STF é responsável por receber denúncias, investigar e julgar os parlamentares, protegidos pelo foro privilegiado. Com a aprovação da emenda, o poder do STF é reduzido para promover a independência do Legislativo. Mas qual o custo dessa decisão? Deputados e Senadores serão os responsáveis pela aprovação de investigações criminais contra seus colegas, expondo a parcialidade do Congresso e suprimindo um processo de accountability. Como diria Maurice Duverger, o processo de representação deve ser transparente, e esse não será o caso. Essa situação gera um desequilíbrio entre os Poderes, afasta-se de sua natureza harmônica e concebe uma crise de funções entre as instituições.

Essas evoluções do cenário político brasileiro e os desequilíbrios que o crescimento da atuação do Congresso vem assumindo nos últimos anos constituem um enorme desafio de aprendizado tanto para os governantes (de qualquer partido que seja) quanto para os analistas, como nós, cientistas políticos. De fato, os modelos analíticos que a ciência política brasileira tem desenvolvido nas últimas três décadas parecem, hoje, insuficientes ou obsoletos para poder compreender e antecipar a relação entre os Poderes. À primeira vista, o regime brasileiro parece ter entrado em uma espiral de imprevisibilidades e incertezas. Espiral essa não limitada ao Brasil, mas potencializada pela ausência de mecanismos claros de ajustes no cenário nacional.

Maurenilson Freire/CB/D.A. Press



Nem toda morte choca. Algumas rendem aplausos



» **CRISTYAN FONSECA**
Cientista política, doutora em sociologia e professora do Instituto Federal de Mato Grosso

O que acontece com uma sociedade quando o luto precisa ser filtrado por convicções políticas? Quando a brutalidade não gera mais comoção, mas torcida? Quando o assassinato do “inimigo” é celebrado como um triunfo e a morte do “aliado” é usada como palanque? É nesse território que deixamos de debater ideias e começamos a perder a condição mais básica da vida em comum: a capacidade de reconhecer o humano no outro.

Foi isso que os assassinatos de Charlie Kirk, nos Estados Unidos, e de Marielle Franco, no Brasil, escancararam, não apenas como crimes bárbaros, mas como espelhos de uma cultura política que perdeu o eixo moral.

Charlie Kirk era ativista conservador e um dos fundadores da Turning Point USA. Foi morto a tiros durante um evento universitário. A resposta de setores progressistas? Silêncio, indiferença e até comemorações explícitas como a do neurocirurgião Ricardo Barbosa, que escreveu: “Um salve a este companheiro de mira impecável. Coluna cervical.” A frase é real. Pública. É doentia.

Marielle Franco era vereadora, mulher negra, favelada e defensora de direitos humanos. Foi executada com quatro tiros na cabeça em pleno centro do Rio. A

reação de parte da direita incluiu ofensas à sua memória, disseminação de teorias conspiratórias e tentativas de rebaixar sua trajetória. O deputado Nikolas Ferreira, por exemplo, disse: “Ela não é uma pessoa que era flor que se cheire. Não é porque morreu que virou santa.”

Essas reações não são apenas episódios lamentáveis. Elas são sintomas. Sintomas de uma sociedade que passou a condicionar o valor da vida ao alinhamento ideológico. Onde a repulsa diante da violência virou um gesto facultativo, e seletivo.

A psicologia social já oferece pistas sobre esse colapso ético. O psicólogo Jonathan Haidt chama isso de “tribalismo moral”: um mecanismo de sobrevivência que nos leva a proteger nosso grupo e atacar quem está fora dele, mesmo que isso custe a renúncia à compaixão. Para Haidt, a moralidade não evoluiu para buscar a justiça universal, mas para manter a lealdade interna e justificar hostilidades externas. O certo e o errado, nesse contexto, não são princípios, são estratégias.

A cientista política Lilliana Mason complementa esse diagnóstico mostrando como a polarização extrema corrói o próprio juízo moral. Quanto mais nos identificamos com um grupo, mais tendemos a desumanizar o adversário, não como alguém que pensa diferente, mas como alguém que não merece sequer consideração. Quando isso se instala, o debate desaparece e sobra apenas confronto. Não se discute ideias, se escolhe quem pode ou não ser tratado como gente.

Além disso, o ambiente digital potencializa esse colapso. O anonimato parcial, a lógica da performance e a cultura do engajamento a qualquer custo criam um espaço fértil para a desumanização do outro. As redes sociais estimulam

um comportamento conhecido como “desinibição on-line”, em que as pessoas se sentem autorizadas a dizer o que não diriam no mundo físico. A brutalidade vira curtiada. O sarcasmo, aplauso. E a morte do outro, se for inimigo ideológico, pode até virar meme.

Nesse cenário, a polarização deixa de ser disputa política. Ela se torna um campo de desumanização. A morte, que deveria ser um limite comum, passou a ser relativizada por alinhamento ideológico. A empatia, que deveria ser universal, se tornou partidária. A dor, que deveria nos unir, virou critério de fidelidade. O resultado é esse: a civilização começa a falhar não quando há conflito, mas quando a barbárie deixa de nos chocar.

E é justamente aí que reside o perigo. Porque, quando a capacidade de se indignar depende da camiseta política de quem morreu, o problema não está mais no crime, está em quem o observa. Em nós.

Não se trata de forçar simetrias ou igualar contextos distintos. Trata-se de algo mais profundo: o que significa, afinal, perder a capacidade de se chocar com a barbárie? Quando foi que passamos a medir a gravidade de uma execução pela biografia da vítima? Quando a morte precisa de legenda, a civilização já falhou.

É possível — e urgente — condenar o assassinato do adversário sem trair as próprias convicções. É possível combater ideias sem matar pessoas. É possível ter lado político sem perder o senso de justiça.

Porque, quando o sangue derramado precisa de filtro ideológico para gerar empatia, o que apodreceu não foi a política. Foi o nosso senso de humanidade. E se a morte do outro vira piada, talvez já tenha gente demais rindo do próprio fim.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha (Interneta) // circecunha.df@dabr.com.br

Ruínas como sintoma nacional

Existe um fenômeno profundamente arraigado em nossa cultura que, mais do que um simples hábito danoso, deveria ser objeto de estudo sistemático e tema de uma espécie de terapia coletiva, conduzida com firmeza e objetividade, antes que essa compulsão venha a comprometer de maneira irreversível os laços que nos mantêm como nação. Trata-se da propensão nacional, quase inata, em depredar todo e qualquer bem público que se coloque ao alcance de nossas mãos, como se a destruição do que é comum fosse um gesto natural, inevitável e, por vezes, até justificável.

Cidades de todo o país, reflexos imperfeitos de nossa identidade, carregam as marcas dessa mania niilista, dessa psicose urbana que transforma ruas, praças e monumentos em ruínas precoces. O cenário agrava-se à medida que nos afastamos dos grandes centros, onde a presença do poder público se dissolve até se tornar mera lembrança, permitindo que a sanha destruidora encontre campo fértil para manifestar-se sem pudor. É nesse vácuo de vigilância que desaparecem estátuas, bancos de praça, tampas de bueiro, luminárias, chafarizes ou mesmo jazigos inteiros. A lista é infinita, um inventário melancólico daquilo que se constrói com recursos coletivos e se perde na voragem de uma multidão que parece agir em concerto.

Essa compulsão pela ruína não poupa sequer os instrumentos da vida cotidiana: ônibus, trens, estações de metrô, abrigos de parada, rodoviárias, banheiros públicos, placas de orientação, nada escapa ao olhar corrosivo de uma sociedade que confunde vandalismo com catarse. É como se estivéssemos diante de uma guerra sem inimigos definidos, em que o adversário invisível somos nós mesmos. Hannah Arendt, em sua análise sobre a banalidade do mal, lembrava que os maiores desastres sociais não provêm de monstros excepcionais, mas de comportamentos cotidianos, aceitos sem questionamento. O vandalismo que corrompe o espaço urbano parece ecoar esse mesmo espírito: não se trata de gestos isolados, mas de uma corrosão silenciosa e repetida, que, somada, dá forma a uma paisagem em permanente estado de ruína.

Talvez, essa psicose coletiva encontre raízes no ambiente social em que estamos mergulhados. Afinal, um país em que mais de 60 mil pessoas perdem a vida anualmente em atos de violência, índice que supera as baixas de muitos conflitos armados no mundo contemporâneo, não poderia deixar de refletir também no espaço físico de suas cidades essa cultura da agressão, da ruptura e da ausência de limites.

Como bem observou o antropólogo Roberto DaMatta, “a violência no Brasil é o avesso da cidadania”; e onde não há cidadania o espaço comum converte-se em território de disputa, sem regras, onde destruir o que é de todos equivale a afirmar uma espécie de poder efêmero sobre o caos.

Diante desse quadro, duas medidas apresentam-se como urgentes e inadiáveis. A primeira é a educação de base, incumbindo-se as escolas não apenas da alfabetização formal, mas da formação de cidadãos conscientes de que o patrimônio coletivo é extensão de si próprios. O sociólogo Émile Durkheim já advertia que a educação é, acima de tudo, “a socialização metódica das novas gerações”. Não se trata, portanto, de mero adestramento para o trabalho, mas de um processo civilizador, em que se aprende, antes de tudo, a respeitar os limites, as normas e os símbolos que nos constituem como sociedade. Ensinar uma criança a zelar por um banco de praça ou por um mural histórico é, talvez, tão fundamental quanto ensiná-la a decifrar as letras de um alfabeto: sem o senso de pertencimento, todo conhecimento técnico será frágil, sujeito a desmoronar diante da primeira frustração.

A segunda medida, complementar à primeira, é a punição exemplar dos que se dedicam a alimentar esse círculo vicioso da degradação. Não se trata aqui de cultivar um punitivismo cego, mas de aplicar com rigor aquilo que Norberto Bobbio definia como “a sanção necessária à preservação do pacto social”. É preciso que o vândalo, ao ser flagrado em sua ação destrutiva, saiba que a consequência virá rápida, proporcional e inevitável, seja no ressarcimento financeiro, seja na restrição temporária da liberdade. Sem isso, a impunidade continuará a operar como convite aberto para que a insanidade coletiva prossiga seu trabalho de dissolução.

Mas há uma dimensão ainda mais profunda e incômoda: o vandalismo não é apenas fruto de uma massa anônima e descontrolada, mas um reflexo do comportamento das elites políticas e administrativas. Quando os exemplos de cima reiteram, ano após ano, a negligência, a apropriação indevida e o desrespeito ao bem público, não surpreende que a população internalize o mesmo padrão, transformando-o em ação direta contra o espaço coletivo. Em última análise, o vandalismo contra o bem público não é apenas uma questão de segurança ou de urbanismo: é o sintoma de uma doença coletiva que exige tanto médicos quanto juízes, tanto professores quanto líderes exemplares.

A frase que foi pronunciada:

“A propriedade pode ser destruída e o dinheiro pode perder seu poder de compra; mas caráter, saúde, conhecimento e bom senso sempre serão exigidos em todas as condições.”

Roger Babson

História de Brasília:

Movimento justo, mas desorganizado, o dos funcionários da Novacap. Foram reivindicar aumento, mas a falta de um líder fez com que a massa que ia participar de um movimento sério fizesse rir aos que serviam como espectadores. (Publicada em 10/5/1962)